

Pastore prevê renegociação...

por Alvaro Barbosa
do Rio

(Continuação da 1ª página)

brasileiros ao exterior terá de ser de forma a que não ocorram concentrações indesejadas em um ano específico. Além disso, os desembolsos anuais terão de ser compatíveis com a capacidade de geração de superávits comerciais — nível esse que o presidente do BC não quis especificar.

Todos esses pleitos só se tornarão factíveis porque o Brasil conseguiu "espaco para respirar em 1984", disse Pastore. A prioridade do governo nestes próximos meses continuará sendo a acumulação de reservas cambiais. Para isso a taxa cambial continuará seguindo rigorosamente a inflação, garantiu. Pastore considera que dinheiro em caixa é a maior garantia que o País pode ter para jogar duro com os banqueiros. Outro fator que está ajudando é o processo me-

xicano de renegociação. O presidente do BC disse que tem informações de que o México "ultrapassou a barreira do som" e está conseguindo condições mais favoráveis na atual rodada junto aos banqueiros. Esse, inclusive, foi um dos motivos que levaram o Brasil a atrasar o seu processo de renegociação. "Nós vamos ver o que o México consegue e, como nas corridas de Fórmula 1, vamos aproveitar o vácuo e conseguir a vitória", ilustrou o presidente do BC.

RISCOS

Essa sua confiança de que o Brasil conseguirá melhores condições na próxima rodada da dívida e que de forma alguma será "repudiado", conforme garantiu, não indica que o governo esteja tranquilo quanto a 1985. Pastore foi franco em admitir que ainda há o risco de o País sofrer uma crise de liquidez externa parecida com a ocorrida em 1982. Isso pode

acontecer se houver uma "combinação perversa" na economia mundial, com os juros subindo e a economia desaquecendo.

Pastore revelou que o Ministério do Planejamento montou vários cenários alternativos sobre o desempenho da economia do País nos próximos anos — a renegociação vai-se estender até dezembro e até lá o processo sucessório já estará definido, por isso ele não terá maiores influências. Nesses cenários constatou-se que a questão dos juros é fundamental, "muito mais do que qualquer aumento de preços de petróleo".

JUROS

Assim é que, se os juros internacionais permanecerm no patamar de 10% ao ano, o Brasil tem condições de ter um crescimento econômico da ordem de 5% ao ano e irá zerar a sua conta de transações correntes com o exterior — balanço da troca de mercadorias e serviços, inclusive juros — por volta de 1987/88. Se os juros ficarem no patamar de 11 a 12%, o equilíbrio só se daria em 1990, quando a dívida externa brasileira pararia de crescer.

"Por isso, os países desenvolvidos têm de representar bem o seu papel nesse jogo de três fatores — os países credores, os bancos internacionais e os países devedores", ilustrou. Se houver uma falha de sincronia nessa representação, é bem possível que o cartel de devedores surja, não por opção voluntária, "mas por absoluta incapacidade de manter em dia os compromissos", alertou.

INFLAÇÃO

No "front" interno, a preocupação maior do governo, segundo Pastore, é quanto à persistência da inflação, que o deixa "perplexo". Ele prevê a manutenção de elevados níveis de inflação para os próximos meses, com a taxa de julho ficando acima de 10%. Mas Pastore garantiu que o governo não pensa em adotar medidas que "aborem" o tímido reaquecimento industrial vivido pelo País nos últimos meses. O presidente do BC admite que esse crescimento é frágil, sustentado fundamental-

mente pelas exportações, mas acha que há condições de que seja mantido. Para isso, está contando com uma possível reativação da indústria de construção civil. Essa reativação virá tão logo se obtenha mais estabilidade no setor financeiro da habitação.

Um crescimento auto-sustentado, no entanto, é um processo demorado. "Ainda teremos de suportar uns dois ou três anos de ajustamento", afirmou. Quando a recuperação se firmar, porém, o crescimento será acentuado. "Hoje, ninguém pode avaliar o potencial de crescimento da economia brasileira. Mas os ajustes que foram feitos, especialmente na área do petróleo, são permanentes, e a economia está muito melhor estruturada para o desenvolvimento", acentua.

"A possibilidade de execução de uma política monetária mais austera está completamente afastada", disse ele. Em primeiro lugar, porque não considera que a política em execução esteja "frouxa" como apontam muitos economistas. "É só ver o nível real da taxa de juros praticada no mercado, uma das maiores do mundo", observa. Pelos seus cálculos, as empresas estão pagando entre 30 e 35% ao ano, acima da inflação, na tomada de empréstimos. E isso seria o indicador mais fiel para mostrar que a política monetária não está "frouxa".

OPEN

"Eu fico irritado quando os jornais dizem que estamos afrouxando a política. Mas se apertarmos mais, os juros explodem e as empresas não agüentam. Não queremos que se repita aqui o processo ocorrido na Argentina, com o sucateamento do parque industrial do país", desabafou. Agora em julho, quando o BC precisou colocar um pouco mais de papel no mercado, as taxas do "overnight" subiram para um nível indesejado pelo governo. "E, se permanecerem no atual patamar por muito tempo, daqui a pouco todas as demais taxas terão um novo repique", concluiu.

Ainda Ext Pastore prevê renegociação mais dura

por Alaor Barbosa
do Rio

O governo brasileiro está-se preparando para uma rodada muito dura na próxima fase de renegociação da dívida externa a se iniciar em setembro. A intenção oficial é conseguir condições substancialmente melhores que as obtidas nas duas primeiras rodadas, conforme antecipou, ontem, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio.

Pastore acha que o Brasil tem condições de negociar duro para obter o que pretende. "Nós estamos com US\$ 4,2 bilhões em caixa e caminhamos para um saldo de US\$ 6 bilhões no final do ano", acentuou. Com isso o Brasil terá condições de suportar um processo de renegociação demorado e desgastante, que dure uns dois ou três meses, iniciando-se em setembro e indo até dezembro, complementou.

As ambições do governo brasileiro são grandes. Pastore disse que a renegociação da dívida terá de englobar as necessidades de recursos para os próximos dois ou três anos, "ou o período que for necessário", sem se preocupar apenas com as necessidades de 1985. Além disso, o Brasil vai exigir prazos de pagamento e de carência superiores, respectivamente, aos nove e cinco anos obtidos na fase 2 (de 1983).

Não ficam aí as expectativas do governo, conforme acentuou Pastore na sua conferência na ESG. Ele acha fundamental a redução dos "spreads" bancários e de todos os tipos de comissões cobradas pelos bancos. Também a "opção prime", ou seja, o reajuste dos contratos sendo feitos com base na "prime-rate"



Celso Pastore

norte-americana, terá de ser revisada, valendo apenas o referencial da Libor — taxa interbancária de Londres.

E o perfil de pagamento dos compromissos

(Continua na página 12)

O ex-prefeito de São Paulo, Olavo Egydio Setúbal, alertou ontem, em palestra no Recife, para o fato de que a legitimação do poder, por si só, não resolverá o problema da inflação nem porá fim à recessão. O caso argentino, segundo Setúbal, é um exemplo claro de que a negociação externa é mais difícil do que a conciliação interna.

(Ver página 3)